

A MÍDIA E AS FORMAS DE DISCURSO SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Gustavo Ferreira de Queiroz

Graduando em Direito – ICJ/UFGA

Gustavo.f.q3@gmail.com

Drilene de Nazaré Cunha Vieira

lenevieira.psi@gmail.com

Graduanda em Psicologia – IFCH/ UFGA

Flávia Cristina Silveira Lemos

Dr^a. Em História Cultural – IFCH/UFGA

flaviacristinasilveiralemos@yahoo.com.br

A MÍDIA E AS FORMAS DE DISCURSO SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Resumo: Suscitando os temas do oligopólio midiático, as lutas por democratização da mídia, e os discursos dos meios de comunicação sobre crianças e adolescentes, procuramos demonstrar as influências que esses veículos podem surtir, assim como evidenciamos um pouco da arqueogenealogia de Michel Foucault, e sua possibilidade de utilização como uma ferramenta para análise dos documentos da UNESCO e UNICEF. Dessa forma, tentamos dar as pistas para uma investigação dos efeitos de poder produzidos pelos relatórios destas instituições referentes aos direitos de crianças e adolescentes, associando as formas como a mídia se articula, as lutas que estão sendo travadas e as suas implicações sobre esses sujeitos.

Palavras-chave: democratização da mídia; crianças e adolescentes; arqueogenealogia; relatórios da UNICEF e UNESCO.

Abstract: Raising issues of media oligopoly, struggles for democratization of the media, and discourses of media on children and adolescents, seek to demonstrate the influences that these vehicles can bear fruit, as we noted some of the “arqueogenealogia” of Michel Foucault, and its possibility to use as a tool for document analysis from UNICEF and UNESCO. Therefore, we try to give the clues to an investigation of the effects of power produced by reports of these institutions regarding the rights of children and adolescents, associating the ways the media articulates, the struggles that are waged and its implications on these subjects.

Keywords: democratization of the media; children and adolescents; arqueogenealogia; reports of UNICEF and UNESCO.

Discursos sobre crianças e adolescentes nos relatórios da UNICEF e UNESCO

Para entender os caminhos que devem ser trilhados nesse artigo se faz necessário antes de mais nada localizar os pontos de partida desta análise: o projeto de pesquisa intitulado “Analisar as práticas da UNICEF e da UNESCO, no período de 2000 a 2012, no Brasil, dirigidas às crianças e adolescentes”. Ele é coordenado pela Professora Dr^a Flávia Cristina Silveira Lemos, tem como bolsistas Drilene de Nazaré Cunha Vieira e Gustavo Ferreira de Queiroz, e é vinculado ao grupo de estudos e pesquisa transversalizando, credenciado no diretório de grupos do CNPQ, tem como objetivo descrever e analisar as práticas de saber, referente a definição de mídia e que indicam sua conexão com a garantia, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente, e de

poder, referente às implicações políticas na relação entre mídia e direitos de crianças e adolescentes.

A pesquisa é a continuidade de uma série de estudos históricos das práticas das referidas instituições, sendo que a análise se dirige aos relatórios publicados pela UNICEF e pela UNESCO entre os anos de 2000 e 2012. Os estudos se direcionam para pensar de que forma as recomendações que esses órgãos fazem ao Brasil, influenciam numa série de implicações entre a área de defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes, proveniente da ação desses órgãos, e uma cadeia de outros domínios que vão desde o político, o social e o jurídico, até o de produção de subjetividades. Trata-se assim de problematizar uma série de recomendações feitas por esses órgãos, buscando os efeitos deles nas políticas públicas brasileiras voltadas para crianças e adolescentes.

O fato de essas organizações fazerem uma série de prescrições ao Brasil, referentes à liberdade de expressão, à democracia, à educação, e suas relações com os direitos de crianças e adolescentes, conjuga uma série de efeitos de saber e de poder. O projeto, então se dirige aos modos como a UNICEF e a UNESCO realizam tais recomendações. Dessa forma, será feita uma pesquisa histórica e documental no site dessas entidades. Para isso será utilizado o aporte teórico de Michel Foucault, as contribuições da psicologia social e institucional, além da literatura referente aos temas de infância e adolescência, políticas públicas, globalização e direitos internacionais.

Fazer a análise desses documentos, assim como descrevê-los e analisá-los, dentro de campo teórico delimitado nesta pesquisa, significa pensa-los como resultado de práticas históricas que podem difundir-se das mais variadas formas através de certas estratégias no seio de uma sociedade. Esse tipo de análise pode ser feito através da arqueogenologia de Michel Foucault, que a base metodológica desse projeto de pesquisa, e que será explicado abaixo.

Arqueogenealogia

Tendo em vista, as necessidades metodológicas do presente trabalho, e das futuras atividades de pesquisa, apresentamos a arqueologia e a genealogia como instrumentos de análise que podem compor um aporte para nossas problematizações.

Arqueologia

A arqueologia percorreu dentro da obra de Foucault diferentes aspectos, tendo ao longo de seus primeiros livros configurações e abordagens que dependeram do objeto estudado. A forma como foi trabalhada a análise arqueológica em “A História da Loucura”, não será a mesma que em “O Nascimento da Clínica” e em “As Palavras e as Coisas”. Assim Machado (1982, p. 14) explica que “uma característica fundamental da arqueologia é justamente a multiplicidade de suas definições; é a mobilidade de uma pesquisa que, não aceitando se fixar em cânones rígidos, é sempre instruída pelos documentos pesquisados”. Dessa forma, são diferentes as arqueologias presentes em suas três primeiras obras.

Em “A História da Loucura”, Foucault tenta dar conta dos discursos e práticas sobre o louco na modernidade, e de que forma esse ser, que se apresentava no campo da desrazão, acabou sendo considerado um doente mental. Nessa empreitada, é utilizada uma primeira configuração de sua análise: a arqueologia da percepção. Nesse momento, os termos “percepção” e “conhecimento” adquirem uma importância especial. O conhecimento é discurso teórico feito pelo saber médico sobre o louco. A percepção, sendo “uma relação com o louco que se dá ao nível das instituições” (MACHADO, 1982, p. 63), se produz no próprio grau das mesmas, e possibilita a intervenção sobre o louco, não sendo mediado por um conhecimento teórico, mas pelos saberes construídos nesses espaços.

Dessa forma, dentro deste trabalho, somos situados “tanto ao nível institucional, quanto no plano da teoria médica” (MACHADO, 1982, p. 63) sobre a forma como na época clássica era percebida a loucura. Contudo, é necessário ressaltar que nessa primeira análise, Foucault dá mais importância para a percepção, e dessa forma para como as práticas sobre a loucura se dão nas instituições. Em “O Nascimento da Clínica”, Foucault trabalha com uma arqueologia do olhar. Nesse texto, é apresentada a forma como a clínica moderna se constitui, e de que maneira isso está ligado a uma mudança no campo de percepção sobre o fato patológico. Assim, a forma de observar é que cambia, o que “muda é a reação entre aquilo de que se fala e aquele que fala; o que muda é a própria noção de conhecimento” (MACHADO, 1982, p. 98).

Nesse momento, ocorre uma mudança de foco na observação médica, que se desloca da doença para o corpo doente, sendo que nessa fase “para a arqueologia a transformação não é explicada pela transformação histórica entre dois elementos: teoria e experiência; ela é analisada a partir da relação intrínseca entre dois níveis do conhecimento médico: o olhar e a linguagem”

(MACHADO, 1982, p. 115). Diferentemente de “História da Loucura” onde existiam dois níveis de saber que não se comunicavam, a percepção e o conhecimento, em “O Nascimento da Clínica”, pode ser percebida uma implicação mútua entre o olhar e a linguagem, sendo a forma como essas duas instâncias se relacionam a condição de possibilidade da clínica moderna.

Já em “As Palavras e as Coisas” é realizada uma arqueologia das ciências humanas. Para isso, são analisadas as ciências empíricas e a filosofia moderna, e de que forma estas estiveram no fundo da constituição dos saberes sobre o homem na modernidade, que instaurou através de uma dupla posição: o homem como sujeito de conhecimento e como o objeto. Assim, Machado (1982, p. 135) assevera que essa “dupla posição do homem na configuração do saber moderno constitui o *a priori* histórico que explica o aparecimento das ciências humanas”. Segundo Machado (1982), esse *a priori* é em uma determinada época a existência de um determinado campo de saberes possíveis e a construção de objetos referentes a tais saberes, é o que permite a enunciação de um discurso tido como verdadeiro.

Dentro desse panorama, o termo *épistème* é importante. A *épistème* é o que possibilita a construção do saber em uma determinada época, é a ordem interna constitutiva do saber que não se refere a aspectos externos como a estrutura social ou econômica, mas a própria forma como esse saber se organiza (MACHADO, 1982). Nesse momento, é inaugurada uma arqueologia do saber, que se volta para ao estatuto interno do mesmo. Machado chega a definir a arqueologia nesse momento:

Em suma, a arqueologia analisa as semelhanças e diferenças entre saberes pelo estabelecimento da *épistème* de uma época considerada como “uma rede de necessidades” a partir de suas condições de possibilidade, de seu *a priori* histórico, capaz de revelar, ao nível da profundidade, uma homogeneidade básica, elementar, fundamental (1982, p. 151).

Com o livro “A Arqueologia do Saber”, Foucault não tem como intuito uma análise histórica, mas sim pensar nas formas que uma análise arqueológica pode assumir, definindo de forma mais precisa suas categorias de análise (MACHADO, 1982). Foucault chega a definir a arqueologia como a análise da produção do arquivo, mas o que é o arquivo? O arquivo é o conjunto do que é dito, dos discursos de um período histórico, que se transformam através do tempo, e que

possibilitam a emergência de novos discursos (FRANCO, 2011). Esses discursos, no entanto, obedecem a quatro regras de formação:

- 1- Dos objetos: que se referem à possibilidade de existência de um objeto, “às condições de aparecimento dos objetos, entendendo que estes emergem nos interstícios das lutas” (FRANCO, 2011, p.46), onde um objeto não preexiste ao discurso que o abarca, mas é construído por ele.
- 2- Dos tipos enunciativos: que são as formas como são possíveis as diversas enunciações, e o modo como se implicam. Dessa maneira, se “não se têm uma única forma, é preciso então descrever uma coexistência de formas diversas para situar uma determinada articulação” (MACHADO, 1982, p. 163).
- 3- Dos conceitos: trata-se de analisar as possibilidades de existência, organização e transformação dos conceitos, e não ter os próprios conceitos em vista, mas a um nível mais elementar que Foucault chama de “pré-conceitual” (MACHADO, 1982).
- 4- Das estratégias: nesse momento, o foco é dar conta da formação das estratégias através das inter-relações (MACHADO, 1982).

E dessa forma, resumida e simplificado, podemos ter algumas pistas para uma análise arqueológica tendo em vista suas formas de construção ao longo do tempo, e sua especificidade, dependendo do objeto a ser estudado.

Genealogia

Na genealogia Foucault faz uma inversão, não buscando mais a possibilidade de existência dos saberes a partir de sua própria organização, mas sim buscar em condições externas uma explicação para a aparição de saberes, desde condições imanentes ao próprio saber, fugindo de uma concepção causal de sua produção, e tendo em vista a relevância política deles (MACHADO, 1982).

A partir dos livros “Vigiar e Punir” e “A Vontade de Saber” (primeiro livro de “A História da Sexualidade”) Foucault começa a delinear os pressupostos da genealogia. Nesses livros, a novidade trazida “foi a introdução nas análises históricas da questão do poder como instrumento de análise capaz de explicar a produção de saberes”, nesse sentido, a “genealogia é

uma análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos” (MACHADO, 1982, p. 188). É delimitada assim uma análise que parte da relação de poder e saber.

Nesse momento, a genealogia estabelece uma diferenciação de método, não partindo do aparelho estatal para fazer uma análise do poder. Nesse tipo de empreitada o que apresenta-se são formas diferenciadas de exercício do poder, que não se apoiam no Estado, pelo contrário, muitas vezes dão a possibilidade de exercício da ação do mesmo, sendo tipos concretos, que se infiltram no corpo social, atuando como dominação nas práticas mais cotidianas, sendo por um isso denominada de micro-poder (MACHADO, 1982).

Um ponto importante, então, é entender que para a análise genealógica, o poder não emana do Estado, sendo esse um “instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa” (MACHADO, 1982, p. 190). Assim, na sua investigação Foucault parte dos mecanismos e técnicas de poder, começando de onde o poder se exerce para conseguir entender quais são seus efeitos. Isso não quer dizer que o poder esteja situado no Estado, mas sim que não existe lugar privilegiado de exercício, sendo sua presença possível em todo o corpo social (MACHADO, 1982).

Assim, é importante entender que o poder não é algo que possa ser cedido, alienado ou transferido, que o poder não é uma coisa, e sim uma relação, sendo que a mesma se dá dentro do poder, pois nada está fora dele. Isso quer dizer que as próprias lutas contra o poder não fogem a sua rede, e da mesma forma que o exercício de poder não tem um lugar único de exercício, a resistência a esse poder também se dá transitoriamente, sempre ocupando novos espaços, no momento em que se travam esses embates (MACHADO, 1982).

Da mesma forma, o poder não é só repressão, não é só negatividade. O poder tem sua positividade, no sentido de que ele também produz, cria, faz novos arranjos, constrói novos saberes (MACHADO, 1982). E é nessa forma de abordar as relações de poder que Foucault possibilita uma análise da emergência das práticas, construindo uma forma de análise que busca na imanência do saber e do poder as condições de possibilidade dessas técnicas e dispositivos.

O Oligopólio midiático

Existe uma clara concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos empresarias no Brasil. Somente três dos canais de televisão existentes controlam a maior parte do mercado de anunciante, ficando a Globo em primeiro lugar (38%), seguida da rede Record

(16%), e do SBT (13%) (CASTRO, p. 18). Proporcionalmente aos números de investimentos que esses meios recebem em forma de anúncios, pode ser notado o quanto de audiência eles possuem.

Esse modelo não se dá somente no mercado televisivo, podendo ser notado em todas as áreas de comunicação, como a imprensa escrita, e os meios de radiodifusão em geral. A percepção do monopólio se acentua quando é analisada a propriedade cruzada, ou seja, “a possibilidade de uma mesma empresa possuir veículos de comunicação em diferentes setores da radiodifusão e da imprensa escrita” (CASTRO, 2011, p. 41), algo naturalizado no Brasil, mas pouco comum em outros lugares do mundo.

Esse fenômeno, a concentração midiática, não é apenas local, mas algo que vem acontecendo desde o fim do século XX, resultante de disputas pelos meios de comunicação (CASTRO, 2011, p. 26). Esse problema se agrava no território brasileiro, pela forte ligação entre o meio político e a mídia, sendo que “26% dos senadores e 10% dos deputados federais são concessionários de rádio e tv” (CASTRO, 2011, p. 27).

Essa forte ligação entre os meios de comunicação e a política ajuda ao que Magrini e Rincón (2010) chamam de neopopulismo na América Latina, ou seja, meios utilizados pelos governantes de seus respectivos países como forma de controle do meio político e manutenção do poder. Tal estratégia tem como principais características o apelo à figura carismática de um líder nacional (o presidente) e um dito contato direto com o povo, evitando o intermédio através de questionamentos de jornalistas, construindo uma ligação emocional com os governados (MAGRINI e RINCÓN, 2010, p. 82).

O controle dos meios de comunicação por alguns poucos grupos é uma característica relativamente comum na América Latina, sendo, por exemplo, o mercado de países como a Argentina, o Chile e o Peru dominado por algumas poucas empresas tradicionais (CASTRO, 2010, p. 21).

Existe ainda uma forte “troca de favores” entre os meios de comunicação e os poder executivo brasileiro que se dá através das verbas públicas de publicidade. Segundo Castro (2011, p. 43) isso se dá da seguinte forma:

A equação é simples: as empresas costumam fechar, com os governos, uma fatura, em troca de um perfil editorial favorável. A publicidade, em si, acaba sendo secundária: embora oficialmente os governos estejam contratando espaços publicitários, na verdade, estão “pagando por proteção”. E essas verbas, que

podem alcançar até 1% do orçamento governamental do ano anterior, são, em geral, bastante volumosas, suficientes para financiar o ciclo produtivo da comunicação, mas não necessariamente suficientes para aplacar a sua voracidade.

Dentro de todo esse panorama, existe ainda um desrespeito claro à Constituição Federal, que em seu art. 223 define:

Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal.

Colocado isso de outra forma, o número de canais de rádio ou televisão privada, pública, “que possui uma programação definida pela sociedade civil, normalmente por meio de um conselho curador e comprometido com a qualidade, o laicismo, a função cultural e educativa”, e estatal, “que se destina, basicamente, a divulgar as ações e os programas do governo, bem como a prestar contas das ações do governo para a sociedade” (CASTRO, 2011, p. 61), devem ser proporcionais um aos outros. Porém existe somente um canal não privado a nível nacional, criado somente em 2008: a TV Brasil.

Mídia democrática?

A forma como os meios de comunicação se construíram, como demonstrado acima, possibilitou uma forte centralização do poder de expressão na mão de poucos veículos. Esse discurso exclui da possibilidade de fala minorias, cria estereótipos e produz uma série de discursos discriminatórios através de sua fala. Essa forma de comunicação sofre de uma dualidade, pois, segundo Martins, a mídia ao mesmo tempo em que “se apoia na dependência de publicidade, vê crescer a influência do jornalismo na formação da opinião pública e na construção do pensamento política” (2005, p. 130). Isso conduz a uma inevitável seara da disputa de interesses.

A mídia em nossa realidade, por sua forma de visibilidade, acaba atuando como um forte impulsionador da opinião pública, que apesar de não ser hegemônica, tem efeitos de poder de extrema relevância:

Isso não significa que a mídia, pelo menos até o momento, elimine as demais formas de atuação política dos políticos e dos cidadãos. Atua, antes, de modo complementar, embora com primazia em termos de alcance e influência sobre as demais formas de atuação. Dá-se entre a mídia e as outras forma de atuação política uma relação de mútua influência (MARTINS, 2005, p. 131).

Essa forma de organização possibilita aos veículos de comunicação uma seleção de agendas públicas, o poder sobre a formação de opinião em determinadas áreas, se por em defesa de uma parte em uma disputa política, entre outras possibilidades de interferência (FONSECA, 2011, p. 41). Isso demonstra o poder político que os meios de impressos e de radiodifusão têm.

Dentro desse contexto pode-se notar que a pluralidade vozes é afastada, sendo possibilitado a poucas empresas a exibição e a produção de conteúdo de conteúdo audiovisual e impresso, além do direito de todo cidadão de ser informado, ser negligenciado em muitos casos. Essa impossibilidade do direito de informar e de ser informado poder ser observado em vários níveis.

As rádios comunitárias, “emissoras de baixa potência (25watts), criadas para possibilitar um tipo direto de informação cultura, entretenimento e lazer, a pequenas comunidades” (CASTRO, 2011, p. 69), sofrem um impedimento muito grande pela lei criada para regulá-las (lei 9.612/1998). A morosidade na avaliação dos pedidos no Ministério das Comunicações para habilitação de novas rádios comunitárias, além da criminalização sofrida pelos rádios comunitárias irregulares, que acabam sofrendo repressões por parte dos órgãos oficiais muito severas (CASTRO, 2011), o que diminui a possibilidade dessas formas de comunicação realmente se efetivarem.

Além disso, devido ao artigo 32, parágrafo 5º, da lei 12. 445/2011, as rádios comunitárias são impedidas de veicularem qualquer publicidade remunerada, só sendo permitido anúncios de apoiadores culturais das mesmas. Isso dificulta imensamente a subsistência desses meios de comunicação, pois atuando em via dupla, poderiam, além de incentivar o comércio local (onde seus donos não tem, na maioria das vezes, condições de anunciar em grandes veículos de comunicação), proporcionar uma forma de renda para a rádio comunitária (CASTRO, 2011).

Uma atitude que possibilitaria um melhor acesso às informações públicas e que tornaria a produção de conteúdo audiovisual regional mais fácil, o Decreto nº 5.371, foi embargado pelos grandes meios de comunicação. Com ele haveria a possibilidade da retransmissão de até 15% dos sinais de TV a cabo dos municípios pelas prefeituras, o que possibilitaria uma série de atividades:

TVs e rádios comunitárias, bem como programações independentes poderiam ser introduzidas nesse espaço, inclusive com a possibilidade de geração de renda. E também poderiam ter vez as sessões de câmaras de vereadores, o que ampliaria a participação social na política (CASTRO, 2011, p. 72).

Esses pequenos exemplos demonstram como existe um empecilho para que outras formas de comunicação, e outros grupos que não os hegemônicos, possam ter acesso a meios de compartilhar e receber informações. Abaixo serão tratadas as formas como esses meios produzem uma imagem de crianças e adolescentes.

A mídia e as representações de crianças e adolescentes

Os meios de comunicação atuam pela construção de vários discursos, muitos dos quais incidentes sobre crianças e adolescentes. Muitas vezes tais construções violam direitos dos mesmos, ou influem na forma como são tratados ou vistos pela meio social, se terão ou não poder de fala, e constrói divisões no interior desse próprio grupo.

Assim, os meios de comunicação audiovisuais e impressos, acabam formando determinada imagem sobre o ser criança ou adolescente. Em “Juventude de Papel”, Ana Cristina Teodoro da Silva faz um estudo sobre a figura do *teen* presente nas páginas do caderno “Folhateen” do jornal Folha de São Paulo. Uma das figuras demonstradas no texto é a do vazio das atitudes de jovens na política. Em uma matéria que fala sobre um protesto realizado por jovens em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o jornal se referêcia ao acontecimento:

Dando um tom de completo esvaziamento de qualquer significado político do acontecimento, em nenhum momento foi explicado o ato da “guerra da água”, que foi simbólico. Os estudantes pretendiam com a água, “varrer a sujeira” às

portas da Fiesp. O Folhateen preferiu destacar a diversão dos estudantes, dando um tom demasiado inconsequente as suas ações (SILVA, 1999, p. 54).

Percebe-se a forma como é construída uma representação de um jovem apolítico. Assim também são enumerados outros estereótipos pelo jornal:

Há os “roqueiros”, identificáveis pelas camisetas de bandas e os cabelos compridos e despenteados; os “riquinhos”, arrumadinhos, com o carro do ano, canetas importadas e roupas de grife cara; os “amiguinhos”, caras legais, adoram conversar e ouvir problemas dos outros; os “namoradores” estão sempre por aí, “azarando”, não chegam a ser identificáveis porque identificam primeiro; os “românticas”, que têm jeito “fofo”, adoram um cafuné, e o “moita”, que esconde a malícia por trás da inocência (SILVA, 1999, p. 54).

Tais representações também são construídas para os outros grupos, como o do “menor”. Esse ser, que tem sua imagem separada de crianças e adolescentes, é aquele que devido a uma situação de marginalidade social se encontra em situação irregular, e dessa forma em confronto com a lei (PASSETTI, 1987). Dessa forma, para combater todas as infrações e condutas antissociais se faz necessária “uma instituição criada para suprir as deficiências de adaptação da vida marginal” (PASSETTI, 1987, p. 37).

E dessa forma são construídos discursos também sobre a origem desses menores. A justificativa do caminho de irregularidades e infrações se dá, pois o menor veio de uma “família desestruturada”, onde, pelo nível de pobreza da família os dois pais tem que trabalhar para trazer dinheiro para casa, assim seus filhos ficam “expostos às desgraças da ‘vida da rua’, acabando por se juntar aos maus elementos e entrando para o mundo do crime” (PASSETTI, 1998, p. 36).

Assim, não só sobre os jovens com “famílias desestruturadas” incide esse discurso, mas também existem outras formas de organização do mesmo, como no exemplo de um título de uma matéria jornalística que se refere a crianças e adolescentes moradoras de rua, da seguinte maneira: “A morte ronda os menores carente” (MARTINS, 2005, p. 144). Nesse enunciado fica clara a relação entre o termo menor, e a situação de morador de rua, já que no “dia-a-dia, o público nessa faixa etária e que mora na rua costuma receber a denominação de menor (menores),

trazendo consigo uma suspeita permanente de envolvimento com delitos” (MARTINS, 2005, p. 144).

A partir do título da matéria jornalística exposto acima pode-se perceber também uma relação entre a construção da representação do menor, e as formas de divulgação pela mídia de conteúdos referentes a crianças e adolescentes. Essa relação é observada por certos organismos, como a UNICEF, sobre a qual falaremos mais detidamente no item à frente.

Democratização da mídia

Apesar da concentração dos aparelhos midiáticos nas mãos de alguns poucos grupos, existem atitudes de resistência frente a tal fenômeno. Um exemplo disso é a mídia cidadã, que “agrupa diversas ações de comunicação e mídia desenvolvidas por agentes sociais na sua luta por conformação e por participação do debate social e público. Pode ser compreendido como uma nova forma de ativismo, ou de militantismo” (CASTRO, 2011, p. 149). Além disso, as rádios comunitárias, apesar da criminalização e das dificuldades que são enfrentadas para sua constituição, desempenham um importante papel da difusão de informações e conteúdos regionais em suas respectivas localidades.

Ainda, existem uma série de tentativas de estabelecer marcos para a regulação e democratização da mídia no Brasil. O primeiro momento pode ser citado como I Conferência Nacional de Comunicação (I Confecom), nela estiveram presente os movimentos sociais que lutam pela democratização da comunicação, além das entidades patronais que representavam os grandes grupos de mídia. No evento, estiveram presentes 1.600 delegados, que aprovaram 633 propostas para a regulação da mídia (CASTRO, 2011).

Apesar dos empecilhos gerados pelas entidades patronais com o objetivo de desqualificar o evento – 6 (seis) das entidades que estavam na comissão organizadora se retiraram (CASTRO, 2011) – ele foi de extrema importância com um marco da luta por meios de comunicação mais democráticos. Todas as propostas aprovadas giraram em torno de 5 (cinco) temas: “marco regulatório; regulamentação do art. 221 da Constituição Federal; direitos autorais; marco civil da internet e regulação da televisão pública” (CASTRO, 2011, p. 32).

Apesar desta tentativa, as propostas aprovadas na Confecom necessitam de regulamentação legislativa, o que é bastante dificultoso, já que como já citado, a grande parte dos parlamentares ou é dono de um meio de comunicação, ou tem familiares que são, ou está em

relações próximas e de interesses com os donos desses meios. Numa tentativa de conseguir fazer frente a essa realidade em 2011, deputados e senadores que tem interesse na pauta de democratização da mídia constituíram a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (Frentecom), que tem a participação de cerca de 200 parlamentares e 100 entidades que militam por essa causa (CASTRO, 2011).

Nesse caminho, também é muito forte a luta pela regulação dos meios de comunicação, mas antes de qualquer coisa para conseguir delimitar sua abrangência, se faz necessário uma conceituação: a regulação dos meios de comunicação é “o estabelecimento de instrumentos democráticos e equilibrados de regulação do mercado da comunicação, visando a controlar os excessos cometidos pelas empresas, privadas e públicas, bem como estatais de comunicação” (CASTRO, 2011, p. 47).

Assim, o objetivo da regulação não é o controle dos meios de comunicação, mas sim a garantia dos direitos de liberdade de expressão e resguardar aqueles que porventura podem ser prejudicados por exageros no exercício deste direito. Nesse sentido, existem formas mínimas de regulação como o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117), que é uma lei de 1962, ou seja, uma lei extremamente defasada. Outro ato legislativo que vai nesse sentido é a Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472), de 1997, que por dividir em seu texto telecomunicações de radiodifusão, acabou tornando-se obsoleta no próprio ato de sua criação, pois nessa época já se percebia a fusão desses dois meios.

Ainda nesse sentido foi criado o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, que está previsto no art. 224, e com regulamentação pela lei nº 8.389 de 1991. Sua primeira reunião se deu somente em novembro de 2006, sendo que depois desse período, ficou por problemas de eleição de seus membros até julho 2012 sem funcionar, data em que foi reativada pelo então presidente do Senado Federal, José Sarney (CASTRO, 2011).

Tudo isso demonstra a forma como se dão as lutas pela democratização dos meios de comunicação. A atitude mais recente nesse sentido foi a projeto de lei de iniciativa popular que desde maio de 2013 vem coletando assinaturas com o objetivo de levar tal projeto a votação pelo Senado e pela Câmara de Deputados Federais. Porém ainda existe um longo caminho a percorrer.

Outra comunicação: formas voltadas para a promoção de direitos de crianças e adolescentes

No sentido de defesa e promoção de direitos de crianças e adolescentes, a UNICEF também procura estabelecer diretrizes e dar orientações sobre formas de comunicação que possibilitem o desenvolvimento e a garantia de direitos dos mesmos. Assim, a UNICEF divulga uma série de relatórios e cartilhas com indicações de atitudes nessas áreas que os países devem adotar ou formas de atuação cidadã para a melhoria nessas áreas.

Assim, esse tópico se dirige a relatar algumas dessas recomendações através do documento “Comunicação, Direitos Humanos e Infância: construindo uma agenda positiva para o semiárido”, onde existem alguns caminhos ditados pela UNICEF para a inserção de crianças e adolescentes como atores do meio comunicacional. Não nos voltaremos para os relatórios da UNESCO, pois existe um caráter mais exemplificativo nesta exposição, não se fazendo necessário passarmos também por tais relatórios.

O documento afirma a comunicação como um direito humano de todo o indivíduo, não podendo assim ser de forma alguma cedido ou violado (UNICEF, 2011).

Falar e ser ouvido, acessar e produzir comunicação qualificada, relacionar-se individual e coletivamente, expressar publicamente opiniões, através de quaisquer meios, e participar ativamente do espaço público são aspectos de uma mesma necessidade, de um mesmo direito: a comunicação (UNICEF, 2011, p. 12).

O direito à comunicação deve ser entendido bidirecionalmente, ou seja, o direito de comunicar e o de ser comunicado (UNICEF, 2011). E nesse sentido, é construído um conceito de direito à comunicação mais ampla do que um que só abarque a mídia. Assim são elencados alguns direitos que são inferidos do direito humano à comunicação:

expressar-se livremente; formular e manifestar opiniões sobre quaisquer assuntos, através de quaisquer meios; ser informado; acessar e produzir conhecimento; participar nos processos relativos à comunicação pública (conselhos, conferências, fóruns, etc.); produzir, por quaisquer meios comunicação (UNICEF, 2011, p. 15).

A partir dessa concepção são discutidos três pontos: a violação de direitos de crianças e adolescentes através da comunicação, a promoção de direitos através da comunicação e os espaços onde podem ser trabalhados os instrumentos de comunicação com crianças e adolescentes. A partir do primeiro ponto é sugerida uma forma de fala que atue na promoção de direitos e não na sua violação. Assim, são aconselhados o uso de termos como criança e adolescente, adolescente autor de ato infracional, inimputabilidade, em vez de menor, trombadinha ou impunidade, para que essas formas de linguagem não atuem na estigmatização e violação de direitos de crianças e adolescentes.

No segundo ponto, é discutida a questão de agendamento e discussão de direitos através da comunicação. O foco nesse momento é possibilitar a forma de comunicação mais plural possível, levando em conta questões de gênero, etnia, raça, vivência urbana ou rural, para a comunicação com crianças e adolescentes, além de elencar algumas pautas que são importantes de ser trabalhadas como conselhos de direito e tutelares, educação, erradicação do trabalho infantil, entre outros, por pessoas que trabalham com mídia ou com comunicação em geral.

O terceiro ponto, trata dos locais onde podem ocorrer mobilizações pelas crianças e adolescente: escolas, comunidades conselhos tutelares, etc. assim, podem ser utilizadas mais diversas ferramentas para facilitar entre crianças e adolescentes e diversos outros entes. Como exemplo, em uma escola “o uso da comunicação pode ocorrer de forma transversal a todas as disciplinas, estimulando a apropriação, por parte dos estudantes e educadores, de ferramentas de comunicação, como fanzine, jornal mural, rádio, vídeo, fotografia, website, blog, etc” (UNICEF, 2011, p. 45).

De forma resumida, é dessa forma que neste documento a UNICEF faz recomendações ao semiárido referentes ao direito à comunicação, prescrevendo algumas atitudes possíveis, e determinando espaços propícios para esse direito.

Possibilidades de análise

O oligopólio midiático demonstra um sério empecilho para a democracia no território brasileiro, pois diminui o número de vozes que podem falar, e possibilita que apenas determinados grupos tenham voz, deixando outros à marginalidade, como o Movimento Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros, que ao terem suas

imagens veiculadas pelos meios de comunicação na maioria das vezes aparecem somente para serem criminalizados.

Nesse sentido, a luta por uma mídia democrática é essencial para a construção de um espaço aberto onde possam coexistir diferentes formas de expressão, e onde a participação da sociedade civil como um todo possa ser possibilitada. Lutar por tais objetivos, é possibilitar a visibilidade de grupos hoje tidos como excluídos, e promover a construção de ambientes plurais, onde exista uma ampla produção de conteúdo, possibilitando a expressão ao maior número de pessoas, das mais variadas formas.

Lutar também contra as formas atuais de veiculação na mídia é agir de forma crítica quanto à violação de direitos de determinadas pessoas, como no caso das crianças e adolescentes. As formas como os meios de comunicação se dirigem a elas pode acabar sendo prejudicial para suas vidas, em um meio onde a regulação, e as possibilidades de controle são escassas. Assim, a mídia através de certos discursos cria determinadas imagens que influem sobre a forma como enxergamos as crianças e adolescentes, e cria em determinados momentos cisões dentro deste grupo que não correspondem ao tratamento que deveria ser dado (como no caso da utilização do termo “menor”).

A UNICEF e a UNESCO trabalham neste sentido na promoção e defesa do direito de crianças e adolescentes, também no âmbito da comunicação. Desta forma, produzem uma série de documentos que buscam pautar a atitude de determinados entes, almejando respaldar atitudes que possam colaborar na proteção de crianças e adolescentes. Contudo, ao produzirem esses relatórios, elas mesmas produzem discursos sobre as crianças e o adolescente. Esses documentos são dirigidos a constituição de políticas públicas, ou seja, seu conteúdo influi na forma como o governo dá atenção a esse grupo, e na forma como são tratados pelas essas ações.

Dessa forma, as ferramentas disponíveis na obra de Michel Foucault são de extrema utilidade para a análise desses discursos. A partir da arqueogenealogia podemos inquirir sobre as possibilidades de emergência desses discursos sobre as crianças e adolescentes, e colocar em evidência os efeitos de poder gerado pelos mesmos.

Referências

- SILVA, A. C. T. **Juventude de papel**: representação juvenil na imprensa contemporânea. Maringá: Eduem, 1999.
- SORJ, B. **Poder político e meios de comunicação**: da representação política ao reality show. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- CASTRO, F. F. **Comunicação, poder e democracia**. Belém: Labor Edições, 2012.
- MACHADO, R. **Ciência e Saber**: a trajetória da arqueologia de Foucault. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- PASSETTI, E. **O que é menor**. 3ª. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- FONSECA, F. **Mídia, poder e democracia**: teoria e práxis dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 6, p. 41-69, jul./dez. 2011.
- MARTINS, A. R. N. **Grupos excluídos no discurso da mídia**: uma análise de discurso crítica. *D.E.L.T.A.*, nº 21, p. 129-147, 2005.
- FRANCO, A. C. F. **Cartografias do diário do Pará**: um estudo genealógico do acontecimento homicídio contra jovens em um jornal impresso. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. 2012.
- UNICEF. **Comunicação, direitos humanos e infância**: construindo uma agenda positiva para o semiárido. UNICEF: Salvador, 2011.